



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99162-2621) e envie um OI com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 2283 09/12/2021

PEC DOS PRECATÓRIOS É PROMULGADA DE FORMA FATIADA

Após acordo entre Arthur Lira (PP) e Rodrigo Pacheco (DEM), presidentes da Câmara e do Senado, a PEC 23 foi promulgada pelo Congresso Nacional somente com o que veio dos deputados. As propostas dos senadores ainda aguardam apreciação



O Congresso Nacional promulgou, no final da tarde desta quarta-feira (8), a Emenda Constitucional nº 113, que corresponde ao "fatiamento" da PEC 23/21 dos Precatórios. Somente foram promulgados os trechos aprovados na Câmara dos Deputados e não alterados pelo Senado.

Na última quinta-feira (2), o Senado aprovou a proposta após inserir uma série de emendas acordadas com a Câmara dos Deputados. Entretanto, o combinado não se concretizou com o fatiamento na nova lei por Arthur Lira.

Existe uma promessa do presidente da Câmara que as mudanças propostas pelos senadores sejam apreciadas pelos deputados em uma nova PEC na próxima terça-feira (14). Entretanto, o clima é de receio que as principais alterações dos senadores não passem integralmente. Dentre elas, a que torna permanente o auxílio que substitui o Bolsa família, uma vez que ele foi aprovado somente até as eleições de 2022. Outra mudança importante, diz respeito à tentativa de impedir o calote nas dívidas com estados e municípios, pois garantiria o pagamento dos precatórios até o final de 2022.

O que é a PEC dos Precatórios?

Os precatórios são dívidas judiciais da União

com pessoas físicas e jurídicas. Há dívidas com estados, municípios, bem como com professores da rede pública, servidores da Saúde e muitos outros. A PEC 23 propõe o parcelamento das dívidas que deveriam ser pagas no ano que vem, um montante que chega a quase R\$ 90 bilhões.

Com a ideia de pagar pequenos precatórios e deixar para outro período os que possuem valores mais altos, o governo pretende conseguir orçamento para destinar recursos ao Auxílio Brasil.

PEC 23/2021 É CALOTE CONTRA CREDORES, MAS TAMBÉM CONTRA O POVO!



As entidades deservidores públicos das três esferas (União, Estados e Municípios), signatárias desta nota pública, manifestam total contrariedade à PEC 23, de 2021, proposta pelo governo Bolsonaro com o objetivo central de abrir brecha na nefasta política de Teto de Gastos, implementada pela Emenda Constitucional (EC) nº 95, causadora maior do calote proposto na referida PEC e também pelos retrocessos sociais que o país vive desde o Golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Por outro lado, o Governo elegeu financiar o Auxílio Brasil, em substituição ao Bolsa Família, que agregava outras garantias sociais às famílias assistidas, com o olhar na reeleição de Bolsonaro e furando o Teto de Gastos. Contudo, continua sabotando as demais políticas públicas essenciais, como saúde, educação, transporte, segurança, moradia, emprego decente, sendo que todas elas necessitam de investimentos crescentes e perenes, mas, ao contrário disso, têm sofrido cortes sucessivos ao longo dos últimos anos, a maioria por limitações impostas pela EC 95. (...)

[Nota completa em www.sintsefceara.org.br](http://www.sintsefceara.org.br)



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Afonso Barbosa e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Camila Garcia (3357 CE) e Letícia Alves